

Henrique Jorge Medeiros Marinho
Economista, Mestre em Negócios Internacionais
Professor Titular da Universidade de Fortaleza – Unifor
Servidor do Banco Central do Brasil

O Estudo das Relações Internacionais

Teorias e Realidade

São Paulo


ADUANEIRAS
INFORMAÇÃO SEM FRONTEIRAS

2008

Copyright © 2008

Editora: Yone Silva Pontes

Assistente editorial: Ana Lúcia Grillo

Diagramação: Luiz Fernando Romeu e Nilza Ohe

Ilustração de capa: Carlos Alberto da Silva

Revisão: Izabel Batista Bueno

Impressão e acabamento: Graphic Express



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinho, Henrique Jorge Medeiros
O estudo das relações internacionais : teorias
e realidade / Henrique Jorge Medeiros Marinho. --
São Paulo : Aduaneiras, 2008.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7129-486-8

1. Direito internacional 2. Globalização
3. Política mundial 4. Relações econômicas
internacionais 5. Relações internacionais
I. Título.

08-06590

CDD-327

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

2008

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.

SÃO PAULO-SP – 01301-000 – Rua da Consolação, 77

Tel.: 11 2126 9200 – Fax: 11 3159 5044

<http://www.aduaneiras.com.br> – e-mail: livraria@aduaneiras.com.br

“Quando os Estados conquistados encontram-se como foi dito, habituados a viver com as suas próprias leis e em liberdade, há três modos de impor-lhes o jugo: o primeiro é destruindo-os; um outro, neles o novo príncipe fixando a sua morada; o terceiro é consentindo em que vivam conforme suas leis, recolhendo um tributo e criando em seu interior um governo oligárquico que lhes coíba todo amotinamento... O mal, portanto, deve-se fazê-lo de um jacto. De modo a que a fugacidade do seu acre sabor faça fugaz a dor que ele traz. O bem, ao contrário, deve-se concedê-lo pouco a pouco, para que seja melhor apreciado o seu gosto.”

Maquiavel, em *O Príncipe*

Agradecimentos

Escrever um livro parece uma missão muito fácil. De repente você percebe que a obra já está no ponto da publicação. No entanto, poucos percebem que um livro ou um *paper*, qualquer que seja, exige muito trabalho, muita pesquisa, muita concentração e muita cooperação dos familiares, pelo tempo que o autor é obrigado a se isolar nas pesquisas e no computador, e de profissionais, algumas vezes amigos e algumas vezes estudiosos do assunto, para dar sugestões e fazer críticas. Este livro não fugiu à regra e, portanto, preciso agradecer a muitos. Inicialmente aos meus familiares: Valdenora, minha esposa e eterna companheira, e, aos meus filhos, Marcelo e Raquel. Eles compreendem que o pesquisador precisa dividir seu tempo entre a família e os estudos.

Tenho muito a agradecer, também, aos meus alunos da graduação e pós-graduação, que tiveram a oportunidade de ler o texto antes de sua publicação e puderam dar sugestões, fazer críticas e até algumas correções. Meus agradecimentos, ainda, à professora e amiga Júlia Studart, da Universidade de Fortaleza, que muito contribuiu para seu aperfeiçoamento, com sua análise do texto e por meio de muitas conversas informais que tivemos sobre política internacional contemporânea.

E, por último, preciso agradecer a Deus, que me protege e me orienta sempre.

O Autor

Apresentação

As transformações enfrentadas pelas nações nas últimas décadas, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, e a guerra fria, levaram as discussões sobre política externa a deixarem a esfera exclusiva dos gabinetes dos governos, notadamente os militares, para ganhar as universidades, as grandes corporações e a grande imprensa internacional que, ávidas por entender melhor as Relações Internacionais, passaram a dar maior espaço às interpretações dos assuntos internacionais.

O processo de globalização da economia verificado na última década do século XX impulsionou as Relações Internacionais entre as nações, ao transformarem suas cadeias produtivas em escala mundial, inclusive na esfera financeira e de mercado de capitais. Com esse fenômeno, os países se aproximaram mais, alterando a dinâmica de suas políticas externas. A maior integração foi impulsionada pela formação de blocos econômicos e pelo surgimento e fortalecimento das organizações internacionais governamentais, não-governamentais e das corporações transnacionais.

O desenvolvimento tecnológico e das comunicações tornaram o mundo em uma “aldeia global”. As crises econômicas e de segurança de uma nação tornaram-se problemas mundiais, envolvendo direta e indiretamente vários países. O mundo ficou pequeno. O episódio terrorista de 11 de setembro de 2001, envolvendo os Estados Unidos, transformou-se numa “cruzada” internacional contra o terrorismo.

Todos esses fatores exigem um melhor conhecimento das relações entre as nações, tanto na esfera diplomática, como nas

relações econômicas e de segurança internacional. Por isso é que o estudo das Relações Internacionais vem se expandindo em todo o mundo, exigindo-se a criação de cursos de Relações Internacionais, ou mesmo da disciplina nos cursos de Comércio Exterior, Negociações Internacionais e de Economia.

Ainda não existe literatura farta sobre o assunto no Brasil, e é por essa razão que o presente livro busca preencher a lacuna existente, abordando as Relações Internacionais em seus aspectos mais presentes na política externa dos países. Sua concepção é fazer um profundo estudo bibliográfico abordando as principais teorias das Relações Internacionais, bem como uma análise da realidade a partir da 2^a Guerra até os assuntos que compõem a agenda internacional contemporânea.

O objetivo maior é proporcionar um texto introdutório para alunos e interessados em conhecer os principais conceitos, as teorias que envolvem a matéria e analisar como as Relações Internacionais vêm se desenvolvendo nos últimos 50 anos, pelos principais protagonistas da política externa, fazendo um diagnóstico das políticas americana, européia, asiática e do Oriente Médio. É claro que também abordaremos a política latino-americana e, em especial, a brasileira.

Sumário

Agradecimentos	5
Apresentação	7
Capítulo I:	
Objeto de Estudo das Relações Internacionais	15
1. Modelos de Análise das Relações Internacionais	19
1.1. O Modelo da Corrida Armamentista	20
1.2. Modelo da Teoria da Decisão e a Teoria dos Jogos	23
2. Abordagens das Relações Internacionais	25
2.1. Abordagem Histórico-Comparativa	26
2.2. Abordagem Econômica	29
3. Análises Recentes das Relações Internacionais	31
3.1. O Eixo Leste-Oeste e a Guerra Fria	31
3.2. O Eixo Norte-Sul	35
3.3. A Unipolaridade dos Estados Unidos	37
4. A Interdependência das Nações e Dimensão da Atual Estrutura do Sistema Internacional	39
4.1. Dimensão Militar	45
4.2. Dimensão Econômica	47
4.3. Dimensão dos Valores	52
<i>Box:</i> Os Novos Desafios da União Européia	56
Resumo do Capítulo	58

Capítulo II:

Modelos Teóricos das Relações Internacionais.....	59
1. O Modelo Idealista.....	60
1.1. Características do Modelo Idealista.....	61
1.2. O Idealismo no Brasil.....	64
2. O Modelo Realista.....	67
2.1. Características do Modelo Realista.....	70
2.2. O Realismo Moderno.....	71
3. O Modelo Marxista.....	73
3.1. Características do Modelo Marxista.....	74
4. O Modelo Liberal.....	75
4.1. Características do Modelo Liberal.....	76
4.2. O Liberalismo na América Latina.....	78
5. O Modelo Transnacional.....	80
5.1. Características do Modelo Transnacional.....	81
5.2. As Empresas Multinacionais e o Desenvolvimento Econômico.....	83
5.3. O Papel das Multinacionais no Desenvolvimento Econômico.....	84
6. A Teoria da Dependência.....	86
6.1. Características do Modelo Dependentista.....	87
6.2. Principais Níveis de Dependência.....	87
<i>Box:</i> As Empresas Multinacionais e o Desenvolvimento Econômico.....	92
Resumo do Capítulo.....	94

Capítulo III:

Os Atores Internacionais.....	97
1. O Estado.....	97

2.	Características do Estado	99
2.1.	Territorialidade	99
2.2.	Direito de Controle Interno	100
2.3.	Autonomia e Igualdades Externas	101
2.4.	População Permanente e um Sistema Econômico.	101
3.	Os Estados Hegemônicos e o Novo Papel do Estado..	102
4.	Os Atores não-Estatais	108
4.1.	Organização das Nações Unidas (ONU)	109
4.2.	Organização Mundial do Comércio (OMC)	114
4.3.	Fundo Monetário Internacional (FMI)	118
4.4.	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)	122
4.5.	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	123
4.6.	Organização dos Estados Americanos (OEA)	125
5.	As Organizações não-Governamentais	128
5.1.	Médicos sem Fronteiras	129
5.2.	A Cruz Vermelha	130
5.3.	A Anistia Internacional	131
5.4.	<i>Greenpeace</i>	131
	<i>Box:</i> Assimetrias e Impasses na Nova Lógica do Poder Global	132
	Resumo do Capítulo	134
Capítulo IV:		
	A Atual Agenda das Relações Internacionais	137
1.	Os Direitos Humanos	138
1.1.	O Brasil e os Direitos Humanos	140
	<i>Box:</i> Declaração Universal dos Direitos Humanos	142
2.	O Meio Ambiente	147
2.1.	O Brasil e o Meio Ambiente	151
	<i>Box:</i> O Protocolo de Quioto	155

3.	A Mulher e a Criança	160
3.1.	A Posição Brasileira de Defesa dos Direitos da Mulher	161
4.	As Regras de Comércio Internacional	164
4.1.	O Brasil e a OMC	164
5.	A Segurança Internacional e a Luta contra o Terrorismo.....	165
5.1.	O Brasil e a Política de Combate ao Terrorismo ...	171
	<i>Box:</i> O que É a <i>Al-Qaeda</i>	171
6.	O Combate ao Narcotráfico	172
6.1.	A Política Brasileira de Combate ao Narcotráfico	174
	<i>Box:</i> Resumo do Capítulo	175
Capítulo V:		
	Políticas Externas Recentes: EUA, Europa e América Latina	177
1.	A Política Externa Americana	177
2.	A Política Externa Européia	187
3.	A Política Externa da América Latina	192
3.1.	A Política Externa Recente e o Liberalismo.....	198
	<i>Box:</i> Visão Geral da Estratégia Internacional dos Estados Unidos	203
	Resumo do Capítulo	205
Capítulo VI:		
	Relações Internacionais do Brasil.....	207
1.	Aspectos Históricos	207
2.	As Relações Internacionais pós-2ª Guerra Mundial..	209
2.1.	A Política Externa Brasileira entre 1956 a 1964: de Juscelino a Jango	212

2.2. O Milagre Econômico e a Segurança Nacional do Regime Militar: de Castelo a Figueiredo.....	218
2.3. A Redemocratização: de Sarney a Lula.....	225
3. Política Externa Recente e Relações com os EUA, União Européia, América Latina, Mercosul, Alca e OMC.....	234
<i>Box</i> : Os Avanços de Hong Kong.....	242
Resumo do Capítulo	244
Bibliografia.....	247

Capítulo I

Objeto de Estudo das Relações Internacionais

O estudo das Relações Internacionais vem ganhando importância nos últimos anos, principalmente com o processo de globalização verificado a partir da década de 1990. As inter-relações entre as nações expandiram-se tanto que o conhecimento dessa realidade tornou-se fundamental para o entendimento da nova dimensão das relações e da interdependência entre os países e as regiões.

As transformações ocorridas no último século foram bastante ricas para o aprofundamento e complexidade do sistema internacional. Como afirma Hobsbawm (2007), o século XX foi a era mais extraordinária, combinando catástrofes humanas de dimensões inéditas, conquistas materiais substanciais e um aumento sem precedentes da nossa capacidade de transformar e talvez destruir o planeta e até penetrar no espaço exterior.

As relações entre Estados, organizações internacionais e outros atores do sistema mundial, bem como as transformações do sistema internacional, no decorrer do tempo, são os focos principais das interpretações que fazem parte das teorias estudadas pelas Relações Internacionais. Suas análises combinam as relações de força entre os Estados e as atuações dos organismos internacionais públicos e privados.

Assim, podemos afirmar que o estudo das Relações Internacionais reflete a necessidade específica das sociedades compreenderem a realidade externa no processo de interação entre os diversos atores, acontecimentos e fenômenos da atualidade. Estão concentradas na interpretação dos fenômenos que extrapolam as fronteiras dos Estados.

Por sua natureza, o estudo das Relações Internacionais está associado ao campo das ciências sociais, com grande inter-relação entre a ciência política, a economia, a história, o direito, e as ciências sociais de uma forma geral. É, portanto, uma matéria multidisciplinar, e não uma ciência exata, porque os fenômenos do estudo da matéria antagonizam o tradicional, baseado nas observações históricas, filosóficas e do direito internacional, enquanto que a observação científica se baseia nas provas científicas e matemáticas ou nos processos de verificação empírica.

No início, pelos aspectos que predominavam nas Relações Internacionais, o estudo se concentrava nas análises militares e da guerra. No entanto, após a 2ª Grande Guerra, com a polarização do poder global do sistema internacional dividido entre os Estados Unidos e a União Soviética, com o desenvolvimento econômico e a transnacionalização do processo produtivo, as relações internacionais tornaram-se mais complexas, exigindo um maior esforço na compreensão desses novos fatores, dentre eles as empresas multinacionais e as organizações não-governamentais. A geografia, como matéria que ensinava a geopolítica do poder, perde espaço para a compreensão sociológica dessas transformações.

Inicialmente, o estudo das Relações Internacionais concentrava-se no papel do Estado como único agente ativo da política externa e da estratégia de poder de uma nação, mas a crescente influência de outros atores que não o Estado tem permitido a reflexão sobre o papel dessas organizações internacionais.

Suas abordagens abrangem a análise das perspectivas internacionais envolvendo os principais atores e organizações, dentre eles o Estado e as organizações internacionais. Diversos fatores constituem essas análises, notadamente nas relações verificadas após a 2ª Guerra Mundial, quando os Estados Unidos e URSS transformaram-se nas nações hegemônicas no contexto internacional, perdurando até o início da década de 1990 do século passado, quando a hegemonia passa a se concentrar apenas nos Estados Unidos.

As Relações Internacionais estão normalmente associadas às inter-relações entre os Estados, mas com a evolução das organiza-

ções internacionais governamentais e não-governamentais, outros temas de interesse da sociedade internacional vêm ganhando espaço nessas relações. Gonçalves (2005) descreve que, entre as diversas definições da realidade do estudo das Relações Internacionais, estas podem ser sintetizadas em dois grupos:

1. O primeiro grupo é o que apresenta as relações internacionais como resultado das relações entre Estados.
2. O segundo grupo de definições é aquele que compreende os seguintes fenômenos:
 - a) paz e guerra;
 - b) armas nucleares e desarmamento;
 - c) imperialismo e nacionalismo;
 - d) as relações assimétricas entre sociedades ricas e sociedades pobres;
 - e) preservação do meio ambiente;
 - f) combate ao narcotráfico;
 - g) combate ao terrorismo internacional;
 - h) defesa dos direitos humanos;
 - i) influência das instituições religiosas;
 - j) organizações internacionais;
 - l) processo de integração regional;
 - m) formação e fragmentação dos Estados;
 - n) comércio e ação das corporações multinacionais;
 - o) raça e gênero em todo o mundo;
 - p) desenvolvimento e transferência tecnológica;
 - q) globalização.

Para o primeiro grupo tais temas são necessariamente produtos das relações diplomáticas, militares e estratégicas que os Esta-

dos estabelecem entre si, quer por meio de diplomacia da paz, ou mesmo por imposições da força bélica.

Já para o segundo grupo apresentado pelo autor, o objeto de estudo é bastante abrangente, incluindo fenômenos que influenciam a vida dos cidadãos em qualquer parte do mundo e envolvem, para sua solução ou discussão, entidades que não necessariamente o Estado, apesar deste manter seu poder de decisão em fatores que abrangem a territorialidade e soberania. Os conflitos que levam à guerra têm sido, portanto, o tema central para o estudo das Relações Internacionais, que despertou maior interesse depois da 1ª Guerra Mundial, motivado, segundo Silva e Gonçalves (2005), em grande medida, pelo interesse em investigar de maneira sistemática as causas da guerra e a possibilidade de edificações de mecanismos capazes de evitar a eclosão futura desse tipo de conflito.

A geopolítica internacional após a 2ª Guerra Mundial transferiu-se da Europa para os Estados Unidos, que em sua estratégia de poder, viu-se confrontado com a União Soviética (URSS), bloco hegemônico dos países socialistas. Instalou-se, então, um novo conflito de poder, desta vez um conflito de ameaças que ficou conhecido como guerra fria. Os Estados Unidos usaram toda sua estratégia, inclusive militar, para proteger sua área de atuação, que envolvia os países capitalistas da Europa Ocidental, América, Ásia e África, enquanto a URSS buscava ampliar seu poder entre os países socialistas, principalmente na Europa Oriental, conquistando adeptos para a expansão socialista.

Conforme comentado, o estudo das Relações Internacionais não é considerado “ciência”, por não possuir um objeto próprio e ser passível de interpretações diversas. Sua interpretação dos fenômenos é baseada na observação da história, na análise filosófica e sociológica desses fenômenos e na análise econômica e do direito internacional. Seu estudo não pode ser à base de provas científicas e lógicas, porque os fatos e relações não são passíveis de serem repetidos no tempo para que sua interpretação seja uniforme.

Para melhor entender essas relações e fenômenos, o objeto de estudo das Relações Internacionais é assim tratado por Gonçalves:

“A disciplina Relações Internacionais tem procurado, desde que seu projeto foi lançado, definir com maior exatidão possível os limites de seu objeto de estudo e elaborar os instrumentos teórico-conceituais que permitam a análise desse objeto. Seu grande desafio é assumir sua indispensável configuração interdisciplinar. Isto é, ser capaz de produzir uma visão integrada do meio internacional que vá além das visões parciais da Economia Internacional, do Direito Internacional, da História Internacional e da Política Internacional”. (2004:30)

A análise das Relações Internacionais apresenta diversas teorias que explicam as estratégias de política externa, segundo sua interpretação histórica e pelas diversas correntes acadêmicas, que serão descritas a seguir.

1. Modelos de Análise das Relações Internacionais

Algumas abordagens explicativas sobre as Relações Internacionais foram sendo desenvolvidas a partir dos principais acontecimentos mundiais que envolveram os Estados. Desde o início da humanidade que os povos vêm se comunicando e se relacionando, muitas vezes como aliados e, infinitas vezes, como inimigos, usando os conflitos armados como a única forma de se resolver pendengas. A guerra, então, transformou-se no mecanismo mais adequado para demonstrar hegemonia e poder.

A partir da 1ª Guerra Mundial, as nações vencedoras procuraram encontrar fórmulas que garantissem a paz mundial, tentando criar mecanismos que garantissem a não-beligerância como único caminho para solucionar divergências entre as nações. Por essa razão, conforme descreve Gonçalves, sobre o interesse do estudo das Relações Internacionais, desenvolvido a partir da 1ª Grande Guerra:

“quando o conflito chegou ao fim, os líderes das potências vencedoras foram fortemente pressionados pela opinião pública de seus respectivos países para punir duramente os responsáveis pela guerra e, também, para tomar as providências necessárias para que outra guerra como aquela não voltasse a acontecer”. (2004:29)

Como consequência dessa guerra, e em função do desenvolvimento tecnológico bélico proporcionado pelo conflito e pelo seu envolvimento geográfico em escala mundial, percebeu-se a necessidade de se conhecer melhor esses fenômenos, o que levou ao maior interesse pela disciplina das Relações Internacionais.

Isso não quer dizer que os fenômenos internacionais não fossem estudados antes, mas, como as relações anteriores envolviam poucos países e concentrados basicamente no continente europeu, as primeiras manifestações sobre o assunto foram tratadas a partir do acordo da “Paz de Westphália”, em 1648, quando foram tratadas as primeiras discussões sobre paz e guerra e estabeleceu-se um sistema baseado no direito internacional com relação à soberania dos Estados. Sobre esse assunto trataremos mais adiante.

O estudo das Relações Internacionais busca, então, mostrar essas interpretações a partir dos diversos modelos e teorias explicativas. Não há, entre os analistas, consenso sobre a classificação de modelos e teorias que estudam a matéria.

Dentre os modelos mais conhecidos, descrevemos os abordados por Carvalho (2003) e Gonçalves (2003), que apresentam os seguintes esquemas explicativos, considerando os aspectos militares, econômicos e estratégicos.

1.1. O Modelo da Corrida Armamentista

Este modelo foi desenvolvido após a 1ª Guerra Mundial. A razão principal dessa tese era a de que os países precisavam priorizar sua segurança para evitar outra guerra. Desta maneira, era necessário um expressivo orçamento militar, para aumentar seu poderio armamentista e desenvolver novas tecnologias bélicas.

Dentre os objetivos dos Estados, a segurança está relacionada com a defesa e a expansão territorial e para atingir esse objetivo os Estados utilizam-se de sua potência militar como uma demonstração de poder, para se proteger ou para evitar que outros Estados invadam seu território. Como elemento relevante da corrida armamentista a relação de forças é determinada pela estratégia militar dos adversários potenciais, pela ordenação das tropas e recursos materiais.

Antes da 1ª Guerra Mundial, a preocupação com o exagerado crescimento da força militar da Alemanha levou os países aliados a se armarem, também, para uma possível defesa contra qualquer ação daquele país. O modelo da corrente armamentista considerava que o dispêndio com armamentos deveria ser proporcional aos gastos do seu rival. Seu poder era medido pela capacidade armamentista. Os governos viviam no dilema da corrida armamentista ou desenvolvimento.

Esse modelo mostrou-se bastante ativo na guerra fria, principalmente por parte dos Estados Unidos, que mantiveram um arsenal espalhado pelo mundo, sob a justificativa de defesa contra a URSS. Esta, por sua vez, também mantinha um forte aparato militar para se defender contra os Estados Unidos e aliados. Nesse caso específico, o que se observou foi uma corrida constante para obter mais e melhores armas, em uma disputa qualitativa e quantitativa pela superioridade armamentista.

Somente com o fim da guerra fria, em 1990, é que o ímpeto armamentista foi se reduzindo, principalmente no lado da ex-URSS, que não pôde manter sua corrida armamentista.

Um importante fator que contribuiu para reduzir a corrida armamentista foi o estabelecimento do Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da década de 1980 e de um acordo assinado pelos Estados Unidos e a Rússia para redução dos mísseis nucleares de ambos os países.

Na impossibilidade de expandirem seu poderio nuclear, alguns países, inclusive os Estados Unidos desenvolveram a tecnologia das Armas de Destruição em Massa (ADM) baseadas na biologia, na química e com armas bacteriológicas. Essas armas químicas são caracterizadas pela utilização de agentes altamente tóxicos, com poderes de matar ou mesmo deixar os atingidos incapacitados, enquanto que as armas biológicas utilizam microorganismos ou toxinas biológicas capazes de produzir doenças fatais, tais como a peste bubônica e o antrax. As armas referidas estão proibidas pela Convenção de Armas Biológicas, de 1972, e pela Convenção de Armas

Químicas, de 1992. Mesmo assim, alguns países ainda ameaçam o sistema internacional com sua utilização ao serem provocadas em seus interesses.

A posição recente da política de segurança americana é de não tolerância à corrida armamentista no mundo, principalmente entre os países do Oriente Médio, China e Coréia do Norte, obrigando-os a destruírem seu arsenal nuclear e de armas de destruição em massa. Para isso, a potência americana envolveu-se e ameaça envolver-se em conflitos que resultem no desarmamento desses países, classificando-os como inimigos, como foi o caso do Iraque em 2003 e atualmente o Irã, que insiste em manter seu programa nuclear, mesmo que para fins pacíficos, como anunciado pelo presidente Iraniano.

Mais recentemente a Coréia do Norte realizou, para provar seu poderio armamentista, testes nucleares, confrontando os Estados Unidos e a comunidade internacional, mas depois de diversas pressões resolveram abandonar seu programa nuclear em troca de apoio e financiamento econômico para o País.

Para evitar a corrida armamentista, as grandes potências têm procurado desenvolver um sistema de segurança internacional coletivo baseado em três fatores essenciais, segundo os autores Silva e Gonçalves (2005), que são:

1. A estrutura anárquica do sistema internacional dificulta a manutenção de uma política de segurança coletiva e leva os Estados a desenvolverem mecanismos próprios de defesa, criando uma competição por sua capacidade militar, aumentando a corrida armamentista.
2. Há a crescente dificuldade de diferenciação da natureza dos armamentos militares, proporcionada pelo avanço tecnológico na área militar das grandes potências que produzem instrumento de defesa, mas que podem ser utilizados no ataque.
3. A comunicação imperfeita entre os Estados impede o conhecimento de suas intenções, levando-os à corrida armamentista como uma prevenção às ameaças que pos-

sam acontecer. Historicamente, a desconfiança entre as nações sempre foi e é um fator relevante que levam as nações à corrida armamentista.

Muitas vezes, a corrida armamentista é justificada como fator que pode evitar as guerras do que como um passo que fatalmente premedita uma guerra. Quando o conflito leva à guerra, o uso militar de armamentos justifica a utilização de todos os tipos de armas existentes, desde as convencionais até mesmo as nucleares, como as bombas atômicas ou de nêutrons e as armas de destruição em massa, como as químicas, biológicas ou bacteriológicas.

1.2. Modelo da Teoria da Decisão e a Teoria dos Jogos

O modelo da teoria da decisão busca analisar a escolha possível para um ator que não conheça a opção do inimigo. É um modelo de estratégia em que o Estado é considerado o principal ator na tomada de decisão nas situações complexas, quer no âmbito interno ou na política externa.

Na análise das decisões pressupõe-se que as soluções, muitas vezes, sejam imprevisíveis para os protagonistas. A racionalidade das escolhas é resultado de uma análise de custo-benefício das múltiplas opções disponíveis, a partir das informações existentes e consideradas as relações de diferentes estruturas de poder de cada Estado envolvido. As decisões dependem de parâmetros, tais como a complexidade do assunto, a natureza do regime político, a autoridade do Chefe do Executivo e de sua personalidade, assim como de sua provável percepção do problema e do grau de qualidade de seus conselheiros.

A análise da decisão pressupõe, desse modo, uma dinâmica interna ao governo cuja saída, frequentemente imprevisível, pesa sob as escolhas da política externa. Para o analista de decisão, o importante é compreender por qual razão algumas opções foram escolhidas em vez de outras supostamente imagináveis *ex ante*.

O exemplo mais utilizado para associar esse modelo foi a crise dos mísseis cubanos, em outubro de 1962, quando os Estados Unidos descobriram a instalação de mísseis soviéticos no solo cuba-

no, capazes de atingir o território americano. Apesar das ameaças simultâneas por parte dos Estados Unidos e da URSS, o medo de uma guerra nuclear fez com que o presidente Kennedy negociasse para que os mísseis fossem retirados, sob o compromisso americano de não invadir Cuba e de retirar seus mísseis da Turquia, que eram uma ameaça para a URSS. O comportamento do presidente Kennedy demonstra a decisão de um dirigente racional, no cálculo dos custos e benefícios de cada opção a tomar. Calculando que o bloqueio não resolveria todos os problemas, o presidente americano decide propor aos soviéticos o desmantelamento dos mísseis americanos na Turquia.

Conforme comenta Pecequillo (2003), a crise dos mísseis em Cuba quase levou ao enfrentamento direto entre as superpotências, sinalizando o risco da destruição mútua. Deflagrada pela intenção da União Soviética de instalar uma base de mísseis defensivos em Cuba, invadindo uma esfera tradicional do interesse norte-americano, a crise levou à uma escalada de tensões entre Estados Unidos e União Soviética até antes nunca vista, cujas consequências poderiam ter sido bem piores. Como resultado, os soviéticos abandonaram o projeto, inaugurando uma nova fase do relacionamento entre ambas as superpotências, baseado na aceitação mútua e na coexistência.

Essa abordagem deu origem ao *Dilema da Segurança*, de Hertz, ao procurar explicar que a decisão de um Estado é feita em função da suposta decisão de um outro Estado, ou seja, quando um Estado sente a necessidade de garantir sua segurança investe em armamentos e os demais Estados, por não saberem a intenção daquela decisão, sentem-se ameaçados e procuram, também, adquirir armas para se defender de uma suposta ação daquele Estado.

Para tentar entender esse dilema, os analistas das Relações Internacionais buscaram no **modelo da teoria dos jogos** as explicações devidas. Este modelo tem o objetivo de explicar o comportamento racional de alguns atores. Parte de premissas matemáticas para encontrar a solução para muitas questões profundas. É o famoso jogo do *ganha x ganha*. O modelo procura explicar os fenômenos de forma estratégica por esse modelo matemático.